

ECONOMISTAS E A HISTÓRIA DO ESPORTE¹

Stefan Szymanski

City University

Londres, Inglaterra

Stefan.Szymanski.1@city.ac.uk.

Resumo

Voluntarismo e autonomia se encontram no cerne do conceito de esporte moderno, e é o trabalho de cientistas sociais compreender como e por que esses valores evoluíram e se difundiram. Teorias passivas são inadequadas, uma vez que não reconhecem adequadamente a agência dos praticantes. Em contraste, as principais teorias da economia são capazes de dar conta da formação dos esportes modernos e de suas associações. Para aqueles que não estão familiarizados com esse aparato teórico, este artigo se coloca como uma curta cartilha e fonte de futuras referências. Este trabalho se inicia com alguns exemplos de passividade na análise do esporte moderno na literatura já estabelecida. Em seguida, algumas características históricas da evolução dos esportes modernos são debatidas, e este relato é então finalizado dentro do quadro teórico da análise econômica *mainstream*.

Palavras-Chave: teoria econômica; associações esportivas; evolução do esporte moderno.

Abstract

Economists and Sport History

Voluntarism and autonomy lie at the core of the concept of modern sport, and it is the task of social scientists to understand how and why these values evolved and diffused. Passive theories are inadequate since they do not adequately acknowledge the agency of practitioners themselves. By contrast, mainstream economic theories are capable of accounting for the formation of modern sports and sporting associations. For those unfamiliar with this theoretical apparatus, this article is intended as a short primer and source of further references. At first, this paper briefly provides some examples of passivity in the analysis of modern sport in the established literature. Then some of the historical features of the evolution of modern sports are discussed, and this account is then set within the framework of a mainstream economic analysis.

Keywords: economic theory; sport associations; evolution of modern sport.

¹ Tradução inédita em português. Original em inglês publicado no *Journal of Sport History*, volume 37, número 1, 2010, p. 71-82. Traduzido com autorização do autor e do *JSH*. Com esta tradução, *Recorde* busca contribuir para a divulgação, em língua portuguesa, de artigos relevantes da produção acadêmica em inglês na área de História do Esporte. (Nota do editor)

Economia se resume a como as pessoas realizam escolhas. Sociologia se resume a por que eles não possuem escolhas a fazer.

James Duesenberry (1960, p. 233).

A História do Esporte é, atualmente, um campo marginal de empreendimento acadêmico. Não sou um historiador, então esta consideração pode ser considerada injusta e cruel. Mas também é verdade que meu próprio campo, a economia do esporte, também é um ramo marginal da literatura de economia, e o mesmo pode ser dito da sociologia do esporte. Mas não devemos ficar desapontados por não termos importância (na verdade, o grande economista Alfred Marshall afirmou que fatores de produção sem importância são frequentemente responsáveis pelos preços mais altos). Existem razões para se acreditar que o estudo do esporte merece receber maior peso. Sugiro três razões:

1. O esporte não envolve (ao contrário do que muitos acreditam) muito dinheiro, mas bilhões de pessoas tiram uma grande quantidade de satisfação dele: o esporte é importante;²
2. Visto que o esporte é importante, políticos prestam muita atenção ao esporte, elaborando políticas e impondo regulamentações de modo a alcançar seus próprios objetivos; é, então, relevante compreender a forma pela qual o processo político evolui;
3. O desenvolvimento do esporte moderno caminhou junto ao desenvolvimento do capitalismo de consumo moderno, que se tornou no sistema econômico predominante no mundo ao final do século XX. Mas o esporte moderno não é um subproduto do mesmo, ou apenas um exemplo charmoso: suas estruturas e formas evoluíram em conjunto com as instituições do capitalismo moderno, e assim o entendimento das instituições do esporte moderno é essencial para a compreensão da sociedade moderna.

² Sediar os Jogos Olímpicos de verão, o maior e mais caro evento esportivo no planeta, custa em torno de 20 a 40 bilhões de dólares, o equivalente a aproximadamente a vigésima parte de um por cento do PIB mundial anual. Em janeiro de 2009, uma estimativa dos empréstimos necessários para evitar a falência de bancos estadunidenses era de dois trilhões de dólares. Julgando apenas pelos valores, esporte é coisa pequena.

A incapacidade de levar o esporte a sério é, em minha opinião, uma consequência da abordagem analítica adotada por cientistas sociais que trabalham no campo. Esses cientistas sociais tenderam a argumentar que os esportes tradicionais foram adaptados por modernistas que buscavam alinhar esportes com instituições modernas. Em outras palavras, existia um programa modernizador, e o esporte era simplesmente uma das muitas atividades a serem reformadas. Historiadores sociais forneceram descrições detalhadas da modernidade, enquanto teóricos utilizaram seus exemplos para demonstrar o processo em funcionamento. Marxistas procuram exemplos das relações de poder em ação – um sistema de exploração imposta pelos grupos dominantes às massas. Weberianos identificam uma agenda modernizadora um tanto mais benigna, mas o passatempo tradicional ainda é constringido pela arquitetura da modernidade, por razões que parecem ter pouca relação com o esporte ou com seus praticantes. A voz dominante na ciência social do esporte é passiva. Nesse contexto, não seria surpreendente se ninguém nos levasse a sério.

O esporte e seus praticantes se tornam atores na evolução das sociedades modernas se reconhecermos que participar do esporte é uma escolha, ainda que seja uma escolha limitada por nossas oportunidades. Quase todas as histórias sociais do esporte enfatizam o voluntarismo que caracterizou a participação nos esportes modernos, um fator que aos contemporâneos parecia ser autônomo. Mais ainda, a partir dos primeiros esportes, surgiu uma série de movimentos reivindicando autonomia, uma ideologia que permanece firme na retórica dos esportes até nossos dias. Voluntarismo e autonomia se encontram no cerne do conceito de esporte moderno, e é o trabalho de cientistas sociais compreender como e por que esses valores evoluíram e se difundiram. Teorias passivas são inadequadas, uma vez que não reconhecem adequadamente a agência dos praticantes. Em contraste, as principais teorias da economia são capazes de dar conta da formação dos esportes modernos e de suas associações. Para aqueles

que não estão familiarizados com esse aparato teórico, este artigo se coloca como uma curta cartilha e fonte de futuras referências.

A próxima seção fornece, de forma breve, alguns exemplos de passividade na análise do esporte moderno na literatura já estabelecida. Depois, algumas características históricas da evolução dos esportes modernos são debatidas, e este relato é então finalizado dentro do quadro teórico da análise econômica *mainstream*.

A Marginalização do Esporte

Relatos marxistas e weberianos sobre a evolução dos esportes modernos dominam a literatura da história do esporte. O sociólogo Jean-Marie Brohm fornece um exemplo extremo da teoria marxista:

O esporte moderno, organizado em federações esportivas nacionais e internacionais, é um fenômeno imperialista, no sentido marxista do termo. O esporte se desenvolveu sob esta forma essencialmente a partir dos anos 1880-1900; em outras palavras, no início da era do imperialismo. (...) Desde o início, a organização internacional do esporte esteve atada às organizações imperialistas internacionais. O esporte serviu não só como uma instituição de apoio, mas também como uma capa ideológica. (...) O esporte é dependente do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade burguesa. (...) Desde o princípio, o desenvolvimento do esporte esteve atado ao do Estado (BROHM, 2007, p. 13-19).

Outro sociólogo neomarxista, Bero Rigauer, igualou a “conquista” no esporte ao trabalho, chegando até a identificar o lema olímpico, “*citius, altius, fortius*”, com o ditado de F. W. Taylor sobre “crença no progresso e, com ênfase no sucesso, nos princípios da sociedade industrial”. Para ser bem sucedido, o atleta deve primeiro se conformar:

Com relação ao sucesso, existe uma correlação entre a orientação do indivíduo e a expectativa de seu meio. A não ser que uma conquista atlética atinja as expectativas sociais, ela não será aceita como tal. De forma similar, as normas da vida econômica devem ser seguidas para que as conquistas sejam reconhecidas como tais. Os dados do sucesso são estabelecidos, substituídos e administrados pelos grupos dominantes da sociedade (RIGAUER, 2007, p. 20-23).

Allen Guttmann, o decano dos sociólogos do esporte, prefere a abordagem weberiana, identificando o modernismo no esporte com uma série de características estruturais – secularismo, igualdade, especialização, burocratização, racionalização, quantificação e obsessão com recordes – em sua renomada formulação. Ele também identificou “a visão de mundo científica” como o mecanismo causal de criação dos esportes modernos. Dessa forma, ao contrário dos marxistas que argumentam que a origem de muitos esportes modernos na Inglaterra está ligada à liderança do país no desenvolvimento industrial, ele afirma que

a liderança inicial da Inglaterra tem menos a ver com a ética protestante e o espírito do capitalismo do que com a revolução intelectual simbolizada pelos nomes de Isaac Newton e John Locke e institucionalizada pela *Royal Society*, fundada durante a Restauração, em 1662, pelo avanço da ciência (GUTTMANN, 1978, p. 85).

A imagem do esporte moderno como uma simples ramificação da revolução na ciência e na indústria foi lugar comum nos relatos históricos da Era Vitoriana. A voz passiva aparece também nos relatos de Pierre Bourdieu sobre o esporte como uma possibilidade estilística:

Os espaços definidos por preferências relativas à alimentação, ao vestuário ou à cosmética são organizados segundo a mesma estrutura fundamental, a do espaço social determinado pelo volume e pela estrutura do capital. (...) Por exemplo, o universo das atividades esportivas e dos espetáculos apresenta-se a cada recém-chegado como um conjunto de escolhas previamente determinadas, possibilidades objetivamente instituídas, tradições, regras, valores, equipamentos e símbolos, que recebem sua significação social do sistema constituído por elas e das quais derivam uma parte de suas propriedades, a cada momento, da história. (...) Basta que os agentes se deixem levar pelas tendências de seus *habitus* de modo a controlar, inconscientemente, a intenção imanente às práticas correspondentes (BOURDIEU, 1986, p. 208, 209, 223).

Alguns trabalhos reconheceram que esses relatos podem tender para uma passividade excessiva e exploraram a possibilidade de agência. O sociólogo do esporte Richard Gruneau, por exemplo, explorou a ideia de que “[o] jogo dá a impressão de ser um aspecto *independente* e *espontâneo* da ação ou da agência humana e, ao mesmo tempo, um aspecto *dependente* e *regulado* da mesma”. Ele contrasta “trabalhos sobre o esporte [que] proclamam

dramaticamente que jogos e esportes são fóruns notáveis para a expressão voluntária de liberdade” com teorias na quais “é sugerido que o esporte é ‘determinado’ por forças sociais e culturais de forma que assegurem sua separação da liberdade humana” (GRUNEAU, 2007, p. 36-41). Como alternativa, ele aponta para uma abordagem (que ele associa com o trabalho de Steven Lukes) que combine um entendimento das restrições impostas aos agentes humanos com o reconhecimento do poder de transformação da agência humana.

Essa é a essência da abordagem que economistas adotam para modelar as atividades sociais. Indivíduos se deparam com restrições; eles não são livres para fazer qualquer coisa que desejem. Por outro lado, dentro do conjunto de restrições que enfrentam, os seres humanos fazem escolhas. Essas escolhas não são aleatórias, elas são moldadas pelas preferências dos indivíduos que as realizam. A contribuição da economia *mainstream* (por vezes chamada de economia neoclássica) é desenvolver modelos de comportamentos para explicar estruturas sociais, como a consequência da interação de escolhas individuais.

A Evolução do Esporte Moderno

A Emergência da Cultura Esportiva Clubista

Argumentei em outro lugar que a característica definidora dos esportes modernos é a emergência dos clubes esportivos (SZYMANSKI, 2008). Dessa forma, por volta do início do século XVIII, surgiu o movimento associativo na Inglaterra, que envolvia a formação de clubes para todos os tipos de propostas, da busca por pesquisas científicas e históricas (como a *Royal Society*, por exemplo) à busca de excessos alcoólicos e similares (como o notório *Hellfire Club*, por exemplo). Associações esportivas como as que envolviam jogos de críquete, golfe, turfe e boxe, serviam, especialmente, a propósitos de socialização. Elas permitiam que pessoas com interesses em comum se aproximassem, forneciam a base para a concordância de regras e

regulamentos em comum, criavam a estrutura para interação competitiva e espaços nos quais a competição esportiva aconteceria.

Sob a perspectiva econômica, a formação de um clube tem muito em comum com a noção de um mercado. Uma definição tradicional de mercado está ligada ao conceito de “lei do preço único”, na qual dois bens idênticos só são vendidos no mesmo mercado se tiverem o mesmo preço (caso contrário o comprador sempre escolheria o mais barato ao invés do mais caro). Assim, compradores e vendedores em um mercado estão ligados como um grupo compartilhando a oportunidade de negociar sob o preço do mercado, enquanto compradores ou vendedores que não têm acesso ao mercado não podem tirar vantagem da oportunidade (e dessa forma não podem participar do comércio mutuamente benéfico). Da mesma forma, um clube é uma instituição na qual membros podem fazer negócios entre si, trocando ideias e serviços (se jogamos uma partida de tênis, você me fornece um serviço [um adversário] e eu faço o mesmo a você).

Por vezes, críticos reclamam erroneamente que o mercado é uma forma de compulsão social, quando ele é de fato como um clube, uma forma de exclusão social. Pessoas podem se filiar a clubes tanto por saberem quem está excluído como quem está incluído, e o mercado nega oportunidades não porque você não pode esfregar seu nariz na vitrine e inspecionar os produtos, mas porque você não tem o dinheiro ou o crédito que te permita participar da troca. Assim como clubes, então, o que importa no mercado são as regras e os regulamentos que governam seu acesso.

Existe muito em comum entre as primeiras instituições esportivas na Inglaterra e as instituições criadas para conduzir as trocas de mercado. A Bolsa de Valores de Londres começou como um clube associativo, um lugar onde membros poderiam trocar e compartilhar

informações e competir por riqueza. Qual seria a diferença disto para o MCC³, onde membros poderiam jogar críquete, fazer negócios e competir pela glória esportiva? A *Society of Lloyd's* era um clube que trazia regulamentos para membros que participavam da área de seguros, assim como o *Jockey Club* era uma sociedade que regulamentava os interesses de seus membros nas corridas de cavalos.

A teoria econômica dos clubes remonta ao pioneiro trabalho de James Buchanan (1965). Ele relacionou a dimensão econômica de um clube com a natureza do produto sendo consumido. Economistas há muito distinguem bens “privados” de bens “públicos”. Um bem privado é definido como um bem que é rivalizante (isso significa que o consumo por um impede o consumo por outro) e excludente (isso significa que é possível afirmar o direito de propriedade para impedir que outro alguém consuma o produto), em relação ao consumo. Dessa forma, uma barra de chocolate é tanto rivalizante como excludente, e logo é um bem privado. Em contrapartida, o exemplo clássico de um bem público é a luz produzida por um farol para a navegação no mar – a luz é tanto não rivalizante (o fato de um piloto ver a luz não impede que outro também a veja) como não excludente (se a luz estiver ligada, não será possível impedir seletivamente que alguns pilotos a vejam).

Bens privados são adequados à transações de mercado, uma vez que a capacidade de exclusão significa que um preço pode ser cobrado e que a impossibilidade de pagamento pode impedir que o consumidor adquira o bem, e a rivalidade fornece um guia para o preço apropriado a ser cobrado dada a disposição dos consumidores em pagar por ele. Bens públicos, no entanto, não são adequados, uma vez que: a) a não exclusividade implica que um preço não possa ser amparado por algum meio que force o pagamento; e b) a não-rivalidade sugere que seu consumo não impõe nenhum custo, o que inviabiliza a cobrança pelo mesmo. Bens

³ Marylebone *Cricket Club* (MCC) é um clube de críquete fundado em Londres em 1787 (N. do T.).

puramente públicos são raros (outros exemplos costumeiramente citados são a defesa nacional e os sinais de televisão antes da tecnologia que permitiu que fossem encriptados).

No entanto, Buchanan identificou os “bens clubísticos” como um tipo de caso intermediário. Um bem clubístico é excludente, mas é não rivalizante no consumo até certo ponto de congestionamento. Assim, por exemplo, um clube de tênis permite que seus membros compartilhem uma instalação em comum e, desde que o custo de adesão não seja muito grande, todos têm a oportunidade de se beneficiar das instalações utilizando-as em momentos distintos.

Um clube de tênis oferece uma série de benefícios econômicos a seus membros. Primeiramente, ele é muito mais barato do que se cada jogador de tênis construísse sua própria quadra particular. Ele é também muito mais justo do que um mundo onde poucos (presumivelmente, os ricos) constroem suas próprias quadras e convidam pessoas para jogar, além de oferecer maiores oportunidades para a organização de competições. Clubes criam um ambiente em que ideias podem ser compartilhadas e pessoas podem aprender com as experiências dos outros, e é mais provável que seus membros estejam dispostos a fazer isso em um ambiente exclusivo do que em um onde qualquer pessoa possa participar. Em um mundo onde muitos clubes existem, o próprio clube forma uma base para competições organizadas e regulares. Ao invés de confiar em um compromisso *ad hoc* de certas pessoas, um sistema de clubes pode estabelecer um calendário de competições e dividir tarefas organizacionais entre muitos indivíduos. Por fim, é claro, um clube forma uma base natural de concordância sobre regras em comum juntamente com meios de fazer com que elas sejam cumpridas (o que é, em última análise, a ameaça de exclusão).

Formar clubes e associações era um direito político que não tinha muitas restrições na Inglaterra do século XVIII, diferentemente de grande parte do resto da Europa, onde a tradição do direito romano estabelecia que associações privadas deveriam solicitar a permissão do

Estado para existir, e estavam muitas vezes subordinadas aos propósitos do mesmo. Entretanto, o sucesso de um clube, como uma instituição para a organização de atividades esportivas, especialmente no século XIX, dependia de mais do que apenas do direito de criá-las. Emma Griffin apontou a controversa natureza do cenário esportivo na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX e a persistência dos esportes durante a Era Vitoriana (GRIFFIN, 2005).⁴ Por vezes, era possível encontrar uma visão de que os esportes tradicionais simplesmente se esgotaram porque a revolução industrial teria acabado com a oportunidade de praticá-los (devido a limitações de tempo e espaço), fazendo com que fossem substituídos, após um estranho período, pelos esportes modernos. Griffin identificou uma transição mais gradual, apoiada na oposição ativa de políticos locais a manifestações específicas dos esportes tradicionais. Ela também afirmou que havia o espaço urbano, e que mesmo os pobres tinham tempo para praticar esportes.

Nesse contexto, parece mais natural enxergar a transição para as formas modernas de associações esportivas como um meio de desenvolvimento tecnológico – um meio mais efetivo de participação no esporte. Assim, um clube teria maior chance de assegurar uma sede permanente (especialmente se as taxas de adesão pudessem ser utilizadas para alugar o espaço), de ter aceitação política (como uma instituição reconhecida, atendendo uma necessidade), e de atrair fidelidades e oportunidade regular de competir. Os clubes de críquete ofereceram meios efetivos de se regularizar competições, muitas vezes garantindo que o direito de jogar em terrenos comuns, como o campo da vila, fosse defendido. Como documentou Adrian Harvey (2004), a prática do futebol fora das *public schools* era muito comum no início do século XIX, geralmente em desafios entre clubes locais.⁵

⁴ Uma resenha útil, ainda que datada, foi feita por Todd Sandler e John Tschirhart (1997). Uma perspectiva mais recente, porém muito mais técnica, foi fornecida por Gabrielle Demange e Myrna Wooders (2005).

⁵ Um exemplo excelente é fornecido pelo críquete, em Mitcham, Surrey. Em um dos mais antigos campos de críquete em vilarejos, no final do século XIX, “o bem estar do gramado estava seriamente ameaçado por um fluxo crescente de balanços e bancas de jogos. Seus proprietários não apenas invadiam o campo de críquete, mas

Do ponto de vista econômico, a questão política relevante é se as associações voluntárias irão gerar uma oferta socialmente desejável de “bens clubísticos”, sob a forma de oportunidades esportivas. “Socialmente desejável”, nesse contexto, significa apenas que todos aqueles que têm interesse em participar, e estão dispostos a pagar o preço que torna preferível utilizar recursos sociais e privados nesta forma de atividade ao invés de qualquer outra, são capazes de fazê-lo. Existem diversas razões para que o mercado para bens clubísticos não tenha sucesso. Em primeiro lugar, pode ser impossível localizar todas as pessoas interessadas em participar do clube. Em segundo, uma vez que existem tarefas organizacionais que devem ser desempenhadas por alguém para fazer um clube funcionar, exigindo esforço individual que beneficia a todos os membros, há um incentivo a uma carona gratuita nos esforços de outros, levando ao colapso organizacional. Em terceiro, a associação a clubes pode gerar benefícios para a sociedade que indivíduos não possam se apropriar (como, por exemplo, a maior produtividade devido à melhoria na forma física), fazendo com que pessoas invistam pouco nas atividades dos clubes. Por todas essas razões, confiar apenas em associações voluntárias pode levar a uma oferta insuficiente de clubes e instalações esportivas que, alguns sugerem, deveriam ser incentivadas através de subsídios públicos.

A oferta de financiamento público para o esporte no Reino Unido tem sido problemática precisamente por causa da extensa rede de associações privadas que dominam o esporte. Em países como a França e a Alemanha, onde o papel do estado no financiamento do esporte e a finalidade social das associações esportivas são amplamente aceitas, o desenvolvimento de programas de “esporte para todos” tem sido mais fácil. No Reino Unido, as associações privadas, ainda que estejam dispostas a aceitar o subsídio público, tendem a

interferiam também fora do campo, prejudicando a grama a tal ponto que uma ação imediata era necessária. Devido a uma feliz ideia, sr. Thomson abordou os Comissários Eclesiásticos tendo em vista obter o aluguel do campo. Apoiada por alguns dos residentes mais influentes, a Associação de Proteção do Verde foi formada, e como resultado os intrusos foram relegados aos vários “campos”, onde aqueles que desejassem poderiam desfrutar das diversões oferecidas sem prejuízo à grama do críquete” (ALVERSTONE e ALCOCK, 1902, p. 415; HARVEY, 2004).

resistir à direção do Estado, ao passo que o Estado tem se demonstrado disposto a promover estruturas esportivas paralelas.

A Comercialização do Esporte Moderno

O papel do comercialismo tem sido visto majoritariamente de forma negativa por historiadores do esporte – na melhor das hipóteses, um mal necessário; na pior, a mercantilização do lazer para o benefício da classe capitalista. Ao mesmo tempo, a história econômica do esporte tem infelizmente sido uma área de pesquisa negligenciada, com poucos marcos para apontar os caminhos.⁶ No entanto, atividades comerciais estão intimamente ligadas ao desenvolvimento do esporte moderno desde o século XVIII, e foram bem documentadas por uma série de historiadores.⁷

Já mencionei a similaridade entre a noção de um clube e de um mercado, em termos de benefícios que eles proporcionam aos participantes. A ideologia do esporte em diferentes culturas pode ser compreendida como um argumento sobre como essas instituições devem ser vistas, como complementos ou substitutos econômicos. Em um extremo do espectro encontra-se o mundo do futebol profissional, como visto atualmente na Inglaterra, onde há não apenas um mercado mais ou menos livre de trabalho, mas também um livre mercado de capital, de forma que os clubes podem ser comprados por qualquer pessoa com os recursos financeiros. No outro extremo é possível localizar um esporte como o rúgbi, até sua aceitação do profissionalismo em 1995 – antes desta data havia pouco envolvimento comercial no esporte e pequena mobilidade de jogadores.

⁶ Não há dúvidas de que o mais brilhante destes é o livro de Wray Vamplew, “*Pay up and play the game*” (1988). Nele, o autor lamenta que de 1.300 ou mais trabalhos publicados assinalados na pesquisa bibliográfica da *Economic History Review* sobre a história econômica britânica desde 1982, apenas seis tinham alguma relação com esporte. Ainda que tenha havido uma explosão na atividade acadêmica sobre a economia do esporte desde então, ainda há muito pouco escrito sobre história econômica.

⁷ Ver por exemplo Neil Wigglesworth (1996), capítulo 3; e Harvey (2004).

Uma análise econômica de custo benefício destes arranjos poderia se preocupar com a mensuração do impacto naqueles que estão envolvidos no esporte, como jogadores, torcedores e proprietários de clubes. Ao passo que críticos das relações de mercado partem do ponto de vista de que as transações são desiguais, a abordagem da economia neoclássica pressupõe que a troca, quando voluntária, é benéfica a ambos os lados da transação. Homens de negócio poderiam assim investir em espetáculos esportivos e atrair consumidores pagantes, pois ofereciam algo que não poderia ser facilmente obtido em outro lugar. O comercialismo promoveu o desenvolvimento do esporte moderno porque esteve focado em oferecer às pessoas o que elas queriam. Isso não significa que o motivo do lucro é necessariamente benigno; ao dar às pessoas o que elas queriam, o esporte comercial se associou com excessos reconhecidos, como o doping e à manipulação de resultados. No entanto, esses excessos também estão intimamente relacionados com o esporte não comercial.⁸

A comercialização do esporte é, em geral, um reconhecimento de popularidade. Existem poucos casos na história onde homens de negócio criaram um esporte e depois se empenharam em torná-lo popular através de sua comercialização.⁹ Se uma rede de clubes é o meio mais eficiente de disseminação de um esporte para fins de participação, então há um conflito de interesses em potencial entre aqueles que dirigem os clubes e os objetivos comerciais dos que enxergam a oportunidade de promover o esporte para o lucro.

Esse conflito foi resolvido de forma distintas em diferentes esportes (e mesmo dentro de um mesmo esporte). Assim, jogadores de críquete se satisfaziam com o contato com promotores comerciais no século XVIII, muitas vezes compartilhando interesses em apostas e

⁸ De fato, argumentei em outro lugar que restrições ao mercado de trabalho no esporte estavam relacionadas à manipulação de resultados, uma vez que salários artificialmente baixos aumentam a probabilidade de que competidores venham sucumbir à tentação de trapacear para ganho pessoal (PRESTON e SZYMANSKI, 2003).

⁹ A promoção do ciclismo por fabricantes de bicicletas pode ser considerada uma exceção, assim como várias formas de esportes motorizados. A patente do major Wingfield sobre o tênis na grama não é um bom exemplo, uma vez que ele não tinha interesse aparente no desenvolvimento desse novo esporte e repassou sua parte para o Marylebone Cricket Club.

aceitando, desde o princípio, o papel de profissionais que precisavam ser pagos. Foi apenas no final do século XIX que os responsáveis pela administração do jogo se tornaram relutantes em apoiar o desenvolvimento comercial do esporte, abraçando uma versão jogada por diversos dias que efetivamente condenava o esporte a uma morte lenta. O críquete se encontra em declínio relativo na Inglaterra, que dura aproximadamente um século, e está mostrando sinais de revitalização apenas agora, quando uma versão mais curta do jogo, de três horas (*Twenty20*), foi introduzida, produzindo uma onda de presença de torcedores nos jogos.

A experiência do beisebol foi muito diferente. Os primeiros clubes de beisebol, nas décadas de 1840 e 1850, eram ferrenhamente amadores e não comerciais, mas depois da Guerra de Secessão, a popularidade do jogo fez com que alguns clubes buscassem o lucro. Houve, em seguida, uma divisão acrimoniosa em 1871, quando os amadores se recusaram a jogar com profissionais e a primeira liga profissional de beisebol foi criada. A Associação Nacional de Jogadores de Beisebol Profissionais era dirigida pelos jogadores, como o nome sugere, e enfrentou dificuldade em conseguir a concordância em arranjos que garantiriam a continuação do interesse de espectadores pagantes. A incapacidade de completar calendários de jogos anunciados e a dificuldade de impor a disciplina e de afastar a corrupção gerou a oportunidade para que um empresário, William Hulbert, da Junta de Comércio de Chicago, agisse e criasse uma liga que manteria a disciplina.

A Liga Nacional foi um sucesso porque criou incentivos para que os donos dos times maximizassem os atrativos de seu jogo para espectadores pagantes. Ao invés de compartilhar os benefícios dos arranjos comerciais entre um discrepante grupo de membros dos clubes, eram os donos que lucravam pessoalmente com esse sucesso. Eles também lucravam ao pagar jogadores e depois manterem seus salários no nível mais baixo possível. Assim, os clubes de beisebol se tornaram empresas nas quais os trabalhadores se especializavam em seu ofício e a

competição garantia que as melhores práticas fossem adotadas. Como resultado, o beisebol profissional floresceu, enquanto o beisebol amador quase desapareceu.¹⁰

O beisebol também sucumbiu a uma versão do movimento de trustes que monopolizava grande parte da indústria estadunidense na época. Hulbert e seus sucessores promoveram a cooperação entre donos de equipes de beisebol, incluindo o compartilhamento de receitas e acordos de não competir por jogadores, criando uma hierarquia no esporte profissional que ficou conhecida como “*Organized Baseball*” (Beisebol Organizado).

O incentivo para a monopolização está presente em todos os mercados, uma vez que o monopólio produz o máximo lucro praticável; mas o monopólio se coloca contra o interesse dos consumidores, não apenas porque ele implica em preços mais altos, mas também porque ele tende à ineficiência.¹¹ Por esses motivos, o Congresso aprovou a Lei Sherman em 1890, restringindo as atividades de monopólios e carteis, e o beisebol organizado estava suscetível ao confronto, que ocorreu em 1915, quando membros de uma liga de beisebol rival alegaram terem sido retirados do negócio ilegalmente. O julgamento da Suprema Corte de que o beisebol não era em certos respeitos um negócio, não estando assim sujeito à Lei Sherman, foi um marco que sustentou sua exploração comercial pelos próximos cinquenta anos ou mais.

Enquanto o comercialismo garantia que a popularidade do beisebol crescesse (donos de clubes investiam constantemente no aumento de público, explorando o potencial de novas mídias, como o rádio, a televisão e a internet), os limites de competições significava que os donos de clubes poderiam fazer ameaças de se realocar, de modo a extrair subsídios de cidades sede e, até que o sindicato dos jogadores afirmasse seu poder nos anos 1970, manter os salários baixos. Grande parte das análises econômicas do esporte se preocupou com até que ponto

¹⁰ Apesar da história do beisebol profissional após 1871 ser bem documentada, há pouco escrito sobre o destino dos clubes amadores de beisebol. É notável que estruturas clubísticas tão características da vida esportiva britânica pareçam ser quase totalmente ausentes nos EUA, onde amadores devem jogar pela escola ou pela universidade, ou participar de jogos nas ruas.

¹¹ Preços excessivos aloca recursos de forma equivocada, ao passo que a monopolização tende a limitar os incentivos para a inovação.

deveria ser permitida a articulação de clubes em uma liga.¹² Regras de competição geram conluíus ilegais na maior parte das indústrias, que podem ser punidos com prisão; mas as ligas esportivas afirmam que estariam isentas disso. É inegável que certo nível de conluio é essencial para a concordância sobre as regras do jogo, mas a questão econômica é se deveria haver limite para essa prática. Concordar com as regras pode ser essencial, mas unir as rendas das equipes para ser bem sucedido não é.

As Ligas argumentaram que, até certo grau, a formação de *pools* é essencial para a manutenção do “equilíbrio competitivo”, sem o qual, afirmam, não haveria torcedores. Esse argumento teve sucesso junto às exceções antitruste nos EUA (como, por exemplo, a Lei de Transmissão Esportiva de 1961, que permitia a venda coletiva de direitos televisivos) e tratamento favorável em Bruxelas (regimes de venda coletiva foram investigados, e em alguns casos alterados, devido a objeções da Comissão Europeia, mas a venda coletiva não foi proibida dentro da União Europeia). No entanto, alguns economistas afirmam: a) não existe evidência de que o equilíbrio esportivo é necessário para atrair torcedores; b) mesmo que o equilíbrio esportivo seja necessário, há outras formas alcança-lo, sem a formação de conluíus; e c) conluíus entre clubes em uma liga prejudicam os interesses dos consumidores. Enquanto este trabalho está sendo redigido, a Suprema Corte está deliberando se ligas esportivas devem ser consideradas entidades singulares – permitindo tais conluíus de forma efetiva. E a decisão da Suprema Corte terá consequências duradouras para a organização econômica do esporte.¹³

O futebol comercial na Inglaterra era menos evidentemente identificado como um negócio, ainda que fosse organizado em princípios empresariais desde seus primeiros dias.

¹² A análise econômica do esporte deriva de teoria econômica geral dos torneios (por vezes chamada de “teoria das competições”), que lida com uma variedade de situações nas quais há competição por um prêmio específico. Outros exemplos de competições econômicas incluem o lobby político e a competição por ações de mercado. Uma boa revisão dessa literatura é fornecida por Kai Konrad (2009); Para uma resenha de como a teoria dos torneios é aplicada ao esporte, ver Szymanski (2003). O *Handbook of the Economics of Sport* (ANDREFF e SZYMANSKI, 2006), com mais de sessenta autores, fornece um amplo conjunto de pequenas pesquisas sobre os principais assuntos na economia do esporte.

¹³ American Needle, Inc. v. National Football League *et al.*, U.S. Supreme Court, Docket n. 08-661, 2009-2010.

Assim, trinta e seis clubes de futebol profissional adotaram estatuto de sociedade limitada entre 1888 e 1900, com mais quarenta e um clubes se juntado a eles até 1922. O principal motivo para esta decisão, na maioria dos casos, foi a necessidade de conseguir empréstimos para a construção de um estádio. Caso tivessem se mantido como clubes sob o ponto de vista jurídico, a direção do clube teria que assumir responsabilidade pessoal pelo empréstimo, algo que o estatuto de sociedade limitada evitava. Ao contrário do beisebol, no entanto, a propriedade de ações tendia a ser ampla; e ainda que alguns donos tivessem forte motivação comercial, parece que em geral os motivos comerciais eram restritos.¹⁴

Dessa forma, parecia haver pouca objeção às restrições impostas pela Federação de Futebol sobre o direito dos clubes de pagar dividendos ou pagar seus diretores, regras que permaneceram em vigor por quase um século. Para muitos observadores, isso coincidia com uma era de ouro do futebol, um esporte que tinha apelo às massas, oferecia ingressos a preços baixos, e era dirigido majoritariamente em linhas não comerciais. No entanto, era também uma era de baixo investimento. Assim, Lord Justice Taylor escreveu em 1989 que “entre 1889 e 1910, 58 dos clubes pertencentes à Liga corrente se transferiram para os campos que ocupam hoje (...) dentro desses campos, a decadência e a delapidação são frequentemente extensas”.¹⁵ Além disso, um relatório escrito por auditores da Arthur Andersen durante uma crise financeira observou: “O criticismo que é geralmente ligado aos clubes é que estes não são dirigidos de forma comercial (...). Atualmente, clubes de futebol têm menos liberdade de ação do que outras organizações comerciais” (ANDERSEN & CO., 1982, p. 11).

O futebol profissional inglês tomou uma feição mais claramente comercial nos anos 1990. Seguindo a abertura de ações do Tottenham Hotspur e do Manchester United na bolsa, durante a década de 1980, vinte clubes ingleses fizeram o mesmo entre 1995 e 1997, e muitos

¹⁴ A propriedade de clubes de futebol foi explorada intensamente nos trabalhos de Tony Mason (1980) e de Steven Tischler (1981).

¹⁵ Reino Unido. Inquiry by the Rt. Hon. Lord Justice Taylor. *The Hillsborough Stadium Disaster*, Final Report, 15 abr. 1989, HMSO Cm 962, p. 5.

clubes foram adquiridos por novos donos que expressavam abertamente o interesse no lucro. Enquanto os torcedores lamentavam o grande aumento nos preços dos ingressos e na migração de direitos de transmissão da televisão aberta para a mais lucrativa televisão por assinatura, os aumentos nas rendas foram usados para financiar um programa de investimentos substanciais em novos estádios (mais de £2,5 bilhões entre 1992 e 2008, financiados quase que exclusivamente por fontes privadas).¹⁶ Como resultado de melhores instalações, da virtual eliminação do hooliganismo (um pré-requisito para a exploração comercial) e do influxo de estrelas internacionais de outros países, a qualidade da oferta de entretenimento no futebol inglês melhorou e o público aumentou mais de 75%, mesmo com o aumento do preço do ingresso na ordem de 1.000%.

De fato, o capitalismo do futebol inglês praticado nos últimos vinte anos, aproximadamente, é um modelo interessante. A maior fraqueza do capitalismo, pelo menos em relação ao bem estar material dos indivíduos, está em sua suscetibilidade a crises periódicas que criam desemprego e outras misérias e ele associadas. Essas misérias não são compartilhadas igualmente pela população, mas tendem a recair sobre uma minoria que é geralmente menos equipada para lidar com dificuldades. Isso ocorre porque uma queda na demanda, associada à recessão, faz com que alguns negócios não sejam capazes de pagar o crédito utilizado para financiar a produção anterior; a falência vem a seguir, o negócio é arruinado e os ativos são vendidos para pagar os credores.

O capitalismo do futebol inglês não funciona dessa forma. Os donos capitalistas investem seu próprio dinheiro, ou adquirem empréstimos, com o fim de comprar jogadores, esperando reaver esse investimento através de melhor desempenho e maior público, merchandizing e outros mais. Devido à intensidade da competição, exacerbada pelo sistema de promoção e descenso que pune os fracassos (diferentemente das ligas fechadas da América do

¹⁶ Deloitte Annual Review of Football Finance, 2009, p. 48.

Norte), as ambições dos donos são frequentemente frustradas e o clube fica insolvente – de acordo com os auditores da Deloitte, houve 52 casos de processos de insolvência entre os 92 clubes profissionais ingleses, de 1992 a junho de 2009.¹⁷ No entanto, a opção de liquidar um clube e vender seus ativos não é atrativa, uma vez que o único ativo significativo que poderia ser vendido é o campo de futebol, e os Conselhos locais quase nunca dão permissão para que os donos de clubes utilizem os campos para alguma outra finalidade que não seja o futebol (ainda que em alguns casos a reutilização foi possível, quando um local alternativo foi encontrado). Assim, em geral, os únicos perdedores, nesse modelo de capitalismo futebolístico, são os próprios capitalistas (torcedores podem ver seu time afundar nas divisões dos campeonatos, mas esse é o destino de qualquer time que não seja competitivo).

Conclusão

Associações voluntárias e empreendimentos comerciais estão no cerne da evolução do esporte moderno na Inglaterra. O mesmo é verdade nos Estados Unidos, ao passo que em grande parte da Europa o Estado tende a desempenhar um papel maior. A política pública em relação ao esporte em muitos países está focada no equilíbrio certo entre esses três tipos de instituições, em termos de geração de financiamentos e de participação. A evolução do esporte deve ser entendida em termos de motivações de indivíduos e as escolhas organizacionais que eles fazem. Modelos econômicos de clubes e competições fornecem uma base para compreender o modo com que os esportes evoluíram, embora limitados por normas legais sobre aquilo que é permitido. A análise econômica tem o potencial de informar a análise histórica através do estudo das consequências intencionais e acidentais das escolhas individuais, e de apontar as similaridades das influências que moldam o esporte nos Estados

¹⁷ Deloitte Annual Review of Football Finance, 2009, apêndice 17.

Unidos e na Inglaterra, em contraste com as regiões da Europa continental que têm maior influência da intervenção estatal.

Referências

ALVERSTONE, Lord; ALCOCK, C. W. (Orgs.). *Surrey cricket: it's history and associations*. Londres: Longmans, 1902.

ANDERSEN, Arthur & CO. *The financing and taxation of football clubs*. Londres: The Football Association & The Football League, 1982.

ANDREFF, Wladimir; SZYMANSKI, Stefan. *The handbook of the economics of sports* (Orgs.). Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Londres: Routledge, 1986.

BROHM, Jean-Marie. Theses towards a political sociology of sport. In: TOMLINSON, Alan (Org.). *The sport studies reader*. Abingdon:Routledge, 2007.

BUCHANAN, James M. An economic theory of clubs. *Economica*, n. 32, 1965, p. 1-14.

DEMANGE, Gabrielle; WOODERS, Myrna (Orgs.). *Group formation in economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DUESENBERY, James. Comment on "An economic analysis of fertility". In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH (NBER) (Org.). *Demographic and economic change in developed countries*. Princeton: Princeton University Press, 1960.

GRIFFIN, Emma. *England's revelry: a history of popular sports and pastimes 1660-1830*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GRUNEAU, Richard. Problems of agency and freedom in play, games and sport. In: TOMLINSON, Alan (Org.). *The sport studies reader*. Abingdon:Routledge, 2007.

GUTTMANN, Allen. *From ritual to record: the nature of modern sports*. Nova York: Columbia University Press, 1978.

HARVEY, Adrian. *The beginnings of a commercial sporting culture in Britain, 1793-1850*. Aldershot: Ashgate, 2004.

KONRAD, Kai. *Strategy and dynamics contests*. Oxford: Oxford University press, 2009.

MASON, Tony. *Association football and English society 1863-1915*. Sussex: Harvester press, 1980.

PRESTON, Ian; SZYMANSKI, Stefan. Cheating in sport. *Oxford Review of Economic Policy*, n. 19, 2003, p. 612-624.

RIGAUER, Bero. Top level sports and “achievement”. In: TOMLINSON, Alan (Org.). *The sport studies reader*. Abingdon:Routledge, 2007.

SANDLER, Todd; TSCHIRHART, John. Club theory: thirty years later. *Public Choice*, n. 93, 1997, p. 335-355.

SZYMANSKI, Stefan. The economic design of sporting contests. *Journal of Economic Literature*, n. 61, 2003.

_____. A theory of evolution of modern sport. *Journal of Sport History*, n. 35, 2008, p. 1-32.

TISCHLER, Steven. *Footballers and businessmen: the origins of professional soccer in England*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1981.

VAMPLEW, Wray. *Pay up and play the game: professional sport in Britain, 1875-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WIGGLESWORTH, Neil. *The evolution of English sport*. Londres: Frank Cass, 1996.